Sobre o conceito de classe social na problemática de Nicos Poulantzas: uma releitura de *Poder político e classes sociais*

Andriei Gutierrez♦

A situação concreta capitalista do final do século vinte e início deste recoloca um velho problema aos estudiosos que se encontram no campo teórico do marxismo renovado[1]: como estudar grupos sociais e ações coletivas e remetê-los ao conflito entre as classes sociais sem incorrer no determinismo economicista ou idealista? Num contexto histórico de reestruturação capitalista, aumento do desemprego, declínio do movimento operário organizado e de arrefecimento das lutas e organizações socialistas no âmbito global, é possível falar em luta de classes? No âmbito da teoria da história, pode-se ainda manter a tese de que a "luta de classes é o motor da história"? É, pois, instigado pelo desenvolvimento da situação concreta capitalista contemporânea que este artigo pretende retomar as contribuições de Nicos Poulantzas, em especial *Poder político e classes sociais*, para procurar entender o universo complexo e contraditório das práticas sociais enquanto práticas de classes.

Entretanto, o debate em torno do tema das classes sociais implica necessariamente um debate teórico mais aprofundado: a) de ordem epistemológica, acerca da relação que há entre a estrutura e o funcionamento do próprio processo de pensamento e que, em última instância, diz respeito à prática teórica enquanto produção de conhecimentos; e b) sobre a metodologia utilizada para trabalhar a relação entre os objetos reais-concretos e os objetos abstrato-racionais.[2] Neste sentido, este trabalho retoma o percurso teórico feito por Poulantzas em *Poder político e classes sociais* e procura refletir sobre a forma como ele trabalha estas questões para, num momento posterior, confrontar com a teoria das classes que propõe.

Epistemologia e metodologia: "determinação em última instância" e distinção entre estruturas e práticas

A despeito de *Poder político e classes sociais* ser um dos trabalhos mais complexos e refinados do marxismo crítico, é sintomática a ausência de uma articulação rigorosa entre o desenvolvimento dos conceitos e o método de exposição adotado pelo autor. Há ao longo da obra conceitos utilizados e articulados que vão sendo desenvolvidos e completados de modo fragmentado. Este é o caso da teoria das classes sociais proposta no livro: não basta ler apenas o segundo capítulo introdutório – intitulado "Política e classes sociais" – sem o contextualizar com as problemáticas epistemológica e metodológica da introdução, com os conceitos de "político" e de "poder", de "tipo de Estado" e "forma de Estado", de "conjuntura" – o que remete à relação entre a prática teórica, de um lado, e estruturas e práticas de outro, assim como à própria distinção entre estruturas e práticas. No entanto,

---

♦ Doutorando em Ciência Política na Unicamp (andriei.gutierrez@uol.com.br).

[1] Tratamos por "marxismo renovado" as contribuições impulsionadas pelas críticas ao tipo soviético de construção socialista e a uma concepção do marxismo colocadas pela Revolução Cultural Chinesa e que desaguaram numa produtiva autocrítica no campo marxista, representada por Louis Althusser, Étiene Balibar, Alain Badiou, Charles Bettelheim, Nicos Poulantzas, entre outros.

[2] Utilizamos os conceitos de prática teórica, objeto real-concreto e objeto abstrato-formal no sentido em que foram desenvolvidos por Louis Althusser (1978).

antes de avançar na análise da obra, torna-se necessário uma breve introdução sobre o debate teórico no qual Poulantzas estava inserido, especialmente sobre os trabalhos que influenciaram a chamada "corrente althusseriana".

Procurando fugir da tese da existência de uma distinção entre estrutura (economia) e superestrutura (política e ideologia), fundamentada no primado do elemento econômico, como forma de entendimento das sociedades de classes, a chamada "corrente althusseriana" procurou retrabalhar a relação entre economia e sociedade de um modo novo: através do par conceitual "determinação em última instância" e "instância dominante". As sociedades de classes deixaram de ser um "epifenômeno" direto da economia e o conceito de modo de produção passou a abarcar também as instâncias política e ideológica. Assim, um modo de produção particular poderia ter uma instância dominante outra além da econômica, e a influência desta última se daria apenas em *última instância* (ALTHUSSER & BALIBAR, 1971; ALTHUSSER, 1974). No entanto, como mostra Saes (1994), esse deslocamento da determinação do econômico para um nível teórico mais geral, quando aplicado ao nível do modo de produção particular seria apenas uma versão "oficial" que em sua aplicação prática, por Althusser e Balibar, corresponderia a uma "implicação recíproca" das instâncias da totalidade social. O resultado seria uma incompatibilidade teórica entre "determinação em última instância" e "dominância" e a idéia de "implicação recíproca" (SAES, 1994, 45-46).

Se Poulantzas tem uma forte influência da chamada "corrente althusseriana", há – de modo implícito – em *Poder político e classes sociais* uma relocalização desta determinação em última instância de modo muito peculiar: existe um novo tratamento epistemológico no qual a determinação do econômico se localiza apenas na prática teórica, ou seja, na construção – não na aplicação – do conceito "modo de produção".[3]

Essa inversão epistemológica implica um novo tratamento metodológico, associado por Poulantzas à possibilidade de "teorias regionais": Marx teria feito uma teoria regional do econômico em *O Capital*, por sua vez *Poder político e classes sociais* propõe avançar a teoria regional do político. O que Poulantzas faz é subdividir o conceito de materialismo histórico em três partes: uma "teoria geral", uma "teoria particular" e, como vimos, "teorias regionais". A primeira corresponde a um *princípio geral*, enquanto as outras duas dizem respeito a um tipo de *articulação entre níveis de análise diferentes,* que vão desde a abstração mais geral à análise empírica concreta – o que só é possível devido à existência

[3] A este respeito, Saes (1998) tem uma leitura diferente. Para ele há uma importante diferença entre as aplicações feitas por Poulantzas e pelo conjunto da corrente althusseriana (especificamente, Althusser, Badiou e Balibar) da concepção da autonomia relativa das instâncias do modo de produção. Já foi mencionado acima que Saes diferencia uma versão "oficial" althusseriana – na qual a autonomia das instâncias se localizaria apenas no plano epistemológico – de uma versão "prática", também desta corrente – que aplica para o processo histórico concreto uma relação de natureza diferente, de implicação recíproca; quanto a Poulantzas, Saes considera que "(....) parece inverter o raciocínio dos althusserianos, apresentando a possibilidade de fixar as estruturas do modo de produção como objetos teóricos independentes, e portanto de conceituá-las, como decorrência da autonomia *real* das instâncias na prática social total"; enquanto que "(....) a sua matriz 'prática' do modo de produção, em operação nas análises que compõem *Poder político e classes sociais*, é aquela que aponta a implicação recíproca – ou interdependência – das estruturas econômicas e jurídico-política (....)" . Isto caracterizaria uma contradição que é "(....) a conciliação teórica entre as idéias de autonomia e de interdependência, quando ambas são encaradas como características reais do relacionamento entre os níveis da prática social total" (1998, p. 55-56).

do conceito de "defasagem" entre estruturas e entre estruturas e práticas, como mostraremos mais a frente.[4]

O nível mais geral de análise é a base para se entender todo "modo de produção" das sociedades divididas em classes: pressupõe-se que a instância econômica seja a única a apresentar elementos que são *invariantes* – os trabalhadores, o não-trabalhador e os meios de produção – *mas que só existem na sua combinação variável*. Estes elementos se relacionam de duas formas: a) por uma relação de apropriação real entre o trabalhador e os meios de produção (ligada ao processo de trabalho), e b) por uma relação de propriedade "(....) que implica a intervenção do não-trabalhador como proprietário, quer dos meios de produção, quer dos meios de trabalho, quer de ambos, e consequentemente do produto" (Poulantzas, 1977, p. 26). Este é *lugar* da "determinação em última instância" do econômico, identificado na "teoria geral do materialismo histórico".

Depende, pois, da *combinação* destas duas relações o modo como se caracterizará um modo de produção particular. Dito de outra maneira, é a partir desse elemento apriorístico que se pode construir um conceito de análise que é o conceito de "modo de produção particular" (escravista, feudal ou capitalista), identificado por Poulantzas como sendo um objeto abstrato-formal. Como as relações de produção não se apresentam de modo "puro" nas diferentes sociedades – dependendo de uma série de outras relações sociais –, para se trabalhar o conceito de um modo de produção particular deve-se levar em conta a relação existente entre as três instâncias[5]: neste nível de análise predomina a "implicação recíproca" – para usar o conceito de Saes – entre as instâncias econômica, política e ideológica.

Ou seja, a determinação do econômico se dá *antes* da aplicação do conceito (geral) de modo de produção à um período histórico determinado, ao qual corresponde o conceito modo de produção particular. Isto remete uma noção peculiar da determinação em última instância: a determinação do econômico é deslocada da análise das sociedades concretas para a prática teórica, isto é, para a construção do instrumental teórico necessário à análise macro-histórica das práticas sociais.[6]

Respeitando a transposição que há entre os diferentes níveis de análise, podemos depreender que um modo de produção é caracterizado por uma *dupla combinação*: a combinação das instâncias econômica, política e ideológica levada a cabo por uma análise macro-histórica de uma formação social que, por sua vez, depende da (e se baseia na) combinação entre as relações de apropriação real e as relações de propriedade, combinação

---

[4] Não é casual o fato de Poulantzas enfatizar como uma das características principais do materialismo histórico – além do "primado do ser sobre o pensamento, do real sobre o conhecimento que dele se tem" – o fato de "distinguir entre os processos reais e os processos de pensamento, entre o ser e o conhecimento" (Poulantzas, 1977, p.12). Devemos ressaltar que este procedimento garante uma constante renovação dos objetos abstratos-formais do marxismo, livrando-os dos limites históricos que sofre toda prática teórica e possibilitando a construção do conhecimento objetivo no campo das ciências humanas.

[5] Embora Poulantzas não defina de forma clara, há uma padronização no uso dos conceitos. Geralmente ele usa o termo **"nível"** para designar diferentes planos de análise que perpassam desde a abstração "filosófica" até a análise empírica mais rica; usa o termo **"instância"** quando está trabalhando no nível teórico de um modo de produção particular; usa o termo **"estrutura"** quando sua análise desce ao nível da formação social; e, por fim, podemos também identificar o termo **"práticas sociais"** quando desce ao nível da observação empírica.

[6] O que pode levar a um questionamento acerca de uma possível existência de uma teoria antropológica e de qual seria o seu fundamento. Consideramos, no entanto, que estas questões estão para além do escopo deste trabalho, o que não significa de modo algum a sua desimportância.

esta última que explica a "evolução" histórica das sociedades de classes. Esta *dupla combinação* é articulada pela teoria particular do materialismo histórico.

Tendo em mãos o objeto "modo de produção" de uma etapa macro-histórica, pode-se partir para a análise histórica de uma formação social. Defendemos que Poulantzas manipula o conceito de "formação social" como sendo um segundo nível de abstração e não a realidade empírica propriamente dita. Este é um ponto polêmico, pois embora ele diga que o conceito modo de produção é uma abstração e que os objetos reais concretos correspondem à formação social (1977, p. 14), o modo como ele articula sua teoria das classes depende de que exista um outro nível – propriamente empírico – associado por ele mesmo ao conceito de "Sociedade" (IDEM, p. 46-66) – e, de modo subsequente, também aos conceitos de "conjuntura" e de "força social" (IDEM, p. 90,107). A formação social é, assim, uma "superposição de vários modos de produção 'puros'" – Poulantzas atribui esta afirmação a Lenin – onde predomina um todo estruturado com a dominância de um modo de produção e na qual se pode identificar as estruturas "estruturantes" das práticas sociais. A sociedade é, por sua vez, o nível onde se encontram as relações sociais em seu "estado bruto" que é o objeto primeiro do materialismo histórico; esse é o nível das práticas sociais dos "agentes-suportes" e das instituições propriamente ditas. A *articulação* entre estes dois níveis de análise corresponde à tarefa da teoria regional do materialismo histórico, daí a preocupação insistente de Poulantzas em diferenciar "estruturas" de "práticas".

A diferenciação entre estruturas e práticas é o ponto nodal onde convergem a inovação epistemológica e prática metodológica propostas por Poulantzas. É preciso distinguir a referida diferença enquanto "dois sistemas de relações" que recobrem "domínios diferentes". Para Poulantzas "(....) *uma instância estrutural nem por isso constitui diretamente uma prática*: trata-se de dois sistemas – ou série de relações reguladas – particulares, possuindo as suas características próprias, mas cuja relação é entre estruturas e práticas estruturadas relativas a estas estruturas" (POULANTZAS, 1977, p. 84). É importante reter essa noção de que as práticas são "estruturadas" pelas estruturas *enquanto afirmação epistemológica*. Ou seja, as práticas sociais embora possam *ser observadas* enquanto tais só podem *ser entendidas* no universo das práticas de classe, caso contrário cair-se-ia numa problemática epistemológica empiricista (ou até idealista) atribuindo-se aos agentes-suportes o caráter de indivíduos-sujeitos – problemática essa identificada em *Poder político e classes sociais* como "historicista" (1977, p. 36,58,84-86,123). A não compreensão dessa distinção *nestas condições específicas* implicaria uma contradição na obra de Poulantzas: confundir-se-ia estruturas com instituições ou classes sociais com agentes-suportes (enquanto indivíduos), o que poderia levar a se questionar o papel das estruturas na formação das classes sociais ou, de modo inverso, a questionar uma suposta existência "fixa" das estruturas e a impossibilidade de se mudá-las.[7]

Para Poulantzas essa "não distinção das estruturas e das práticas" pode ocasionar uma grave conseqüência que é considerar o econômico "como estrutura sobre a qual teria 'agido' a luta de classes, instalada unicamente nos níveis político e ideológico" (1977, P. 86). Se insistimos neste ponto é porque ele tem uma importância cardeal no procedimento metodológico que Poulantzas está apresentando. Se no nível da teoria particular do materialismo histórico – a que trata da relação entre o conceito modo de produção e a formação social – há uma relação de implicação recíproca entre as instâncias econômica,

[7] Esta observação é pertinente, pois Poulantzas por vezes designa o nível das práticas sociais como sendo o das "práticas de classes", podendo levar à confusão assinalada.

política e ideológica, no nível da teoria regional – da relação entre o conceito de formação social e as práticas sociais – a relação que prevalece é a da "autonomia relativa" entre as estruturas. Mas há ainda aqui uma contradição aparente,[8] que nos obriga a avançar sobre esse conceito de "autonomia relativa".

Não devemos esquecer que a pretensão central de *Poder político e classes sociais* é avançar a teoria regional do político *no modo de produção capitalista* – principalmente na segunda, terceira e quarta parte do livro. Portanto, a teoria de Poulantzas *observa* – e "teoriza" – a relação entre as estruturas e as práticas sociais do ponto de vista de um *momento de coesão social*, especificamente, do modo de produção capitalista. O conceito de "autonomia relativa" da forma como é usado para tratar a relação entre as estruturas e as práticas está, assim, atrelado a um momento historicamente determinado, que é sempre provisório e que está associado por Poulantzas ao conceito de "político" e à concepção ampliada do Estado como "(....) organização para a manutenção das condições da produção e, assim, das condições de existência e do funcionamento da unidade de um modo de produção e de uma formação [isto é, do que caracterizamos pelo como sendo uma *dupla combinação*]" (1977, p. 48).[9]

Mas Poulantzas não se restringe a trabalhar apenas no nível da teoria regional do político no modo de produção capitalista. Há na primeira parte do livro e no capítulo três da segunda parte um tratamento teórico acerca da passagem de um momento de coesão a outro, de um modo de produção a outro – o que implica a relação entre as estruturas –, assim como estão explicitadas também as condições da relação entre estruturas e práticas. É exatamente aqui que se insere um *conceito-chave* para o funcionamento (e para a própria existência) da teoria regional e sua relação com a teoria particular: o conceito utilizado por Poulantzas (que indica a possibilidade de existência) de "defasagens" entre estruturas e entre estruturas e práticas (1977, p. 86,151-152). Isto é, no momento da articulação pela prática teórica seja entre conceitos abstratos-formais seja entre conceitos e realidade empírica podem ocorrer defasagens entre os elementos dos diferentes níveis de análise. Levada às últimas consequências, essa formulação de Poulantzas acaba por relativizar o papel da prática teórica na construção do conhecimento objetivo, condicionando este sempre às determinações da realidade objetiva. No caso específico tratado aqui, as práticas sociais assumirão um lugar especial na articulação dos conceitos, assim como na sua reformulação – principalmente pela noção de "efeitos pertinentes", que trataremos mais abaixo.

Das práticas sociais às classes sociais

É interessante observar que o método de Poulantzas, usado para trabalhar o estatuto teórico das classes sociais, pretende partir primeiro das práticas sociais para – depois de uma mediação teórica específica – chegar às classes sociais. Esse percurso não é a casual se lembrarmos que ele pretende teorizar sobre um determinado momento de coesão social que no âmbito da formação social pode ter defasagens entre as suas estruturas caracterizando,

---

[8] Referimo-nos aqui às críticas de Saes (1998), apresentadas na nota 3 deste trabalho.

[9] Poulantzas associaria essa posição às de Boukharim e Gramsci acerca do papel do Estado: "Igualmente encontramos uma formulação admirável nesse espantoso teórico marxista que é Boukharim: na sua *Teoria do materialismo histórico,* formula a concepção de uma formação social como *sistema em equilíbrio instável* no interior do qual o Estado desempenha um papel de *'regulador'*. Por fim, esta concepção está na base da noção de organização sob a qual Gramsci apreende a função do Estado" (1977, p. 48).

no caso do modo de produção capitalista, "formas" diferenciadas de um mesmo "tipo" de Estado.[10] Devido à existência de um "desenvolvimento desigual" – e combinado, acrescentaríamos – entre as estruturas, marcado por relações de defasagens, haveria igualmente defasagens entre as práticas das classes, na medida em que, por sua vez, estas constituiriam um sistema estruturado, refletindo as relações das estruturas sobre os suportes (IBIDEM, p. 86-87).

Ou seja, a idéia de modo de produção pressupõe que existam relações de exploração nas relações de produção – o que significa a existência de *conflitos* em toda sociedade de classes. No entanto, as relações de produção numa sociedade determinada por si só não engendram práticas *contraditórias,* estas dependem também dos efeitos das estruturas política e ideológica. Assim, o surgimento das classes enquanto conjunto social com uma prática homogênea (isto é, sem defasagens) ocorrerá somente em um momento de iminência revolucionária, ou seja, num momento em que a coesão da unidade encontrar-se ameaçada. Fora dessa condição, as classes só podem ser *localizadas* por mediações teóricas específicas cujas referências são as estruturas que determinam a dupla combinação dominante de uma formação social. É neste sentido que Poulantzas confere à estrutura jurídico-política – "poder institucionalizado do Estado" no nível da formação social e "conjunto de instituições" no nível das práticas – esse papel de mediação através da relação com o que ele denomina de "efeitos pertinentes".[11]

É, pois, partindo desta posição teórica que, ao caracterizar o modo de produção capitalista, Poulantzas fala de "bloco no poder" como sendo a unidade de diferentes interesses das "frações da burguesia". Pode-se legitimamente imputar a esse conceito de bloco no poder – associado à existência da estrutura jurídico-política capitalista – o sentido de prática política material da burguesia *enquanto "classe virtual"*, ou seja, que existe apenas de modo predeterminado e contém todas as condições essenciais à sua realização; fato este que justificaria a existência de diferentes interesses entre as frações, assim como a autonomia relativa do Estado face a alguns desses interesses sem que exista a ruptura da unidade. Por outro lado, no que diz respeito à classe explorada – e dominada política e ideologicamente – parece que o conceito de "*classe em potência"*, cunhado por Boito (2003), ocupa uma justa posição dentro da problemática das classes em *Poder político e classes sociais*: a formação da "classe dominada", em condições normais de funcionamento de um modo de produção, é apenas uma "possibilidade real" e que para se tornar uma "classe ativa" depende da "(....) combinação de inúmeros fatores de ordem econômica, política e ideológica" (BOITO, 2003, pp. 243-245).

Precisemos melhor a formulação geral: numa situação de equilíbrio provisório da totalidade social, caracterizada pela dominância de um modo de produção em uma determinada formação social concreta, o balanço geral da ação política dos agentes-

---

[10] Para Poulantzas, o tipo de Estado capitalista, por exemplo, poderia assumir diferentes "formas" sem no entanto perder o seu caráter capitalista (1977, pp. 143-149).

[11] Os efeitos pertinentes corresponderiam ao "(....) fato de que a reflexão do lugar [ocupado pelos agentes suportes] no processo de produção sobre os outros níveis constitui um *elemento novo*, que não pode ser inserido no quadro típico que estes níveis apresentariam sem este elemento. Este elemento transforma assim os *limites* dos níveis (de estruturas ou de lutas de classes) nos quais ele se reflete através de 'efeitos pertinentes', e não pode ser inserido em uma simples variação desses limites." (Poulantzas, 1977, p. 76, ver também p. 94).

suportes convergirá no sentido da reprodução das estruturas que garantem o funcionamento da totalidade social – mantendo-se a dupla combinação que caracteriza essa totalidade –, podendo-se apenas determinar nesse nível de análise a existência de classes seja em estado *virtual* ou *em potência*, como no caso da burguesia e da classe operária, respectivamente.[12] Isto indica que, nestas condições, podem ocorrer defasagens entre as diferentes práticas econômicas, políticas e ideológicas dos agentes-suportes obrigando-nos a trabalhar com conceitos mais próximos das práticas sociais.

Os conceitos de classe virtual ou em potência residem num nível teórico específico que é o da teoria particular do materialismo histórico, caracterizada pela dominância do modo de produção capitalista. Quando descemos ao nível da teoria regional, à análise das práticas sociais em um momento de coesão social, no qual a "luta" se encontra em estado velado – isto é, pela existência de conflitos que não se caracterizam enquanto contradições – deve-se priorizar na análise as práticas dos agentes-suportes e ver como constituem "forças sociais". E isto se aplica tanto às classes principais do modo de produção dominante da formação social como também às classes sociais características de outros modos de produção. Isto é necessário porque para Poulantzas há uma "indeterminação" no nível das práticas sociais que depende da "ação combinada das forças sociais" (POULANTZAS, 1977, p. 94). É neste sentido que Poulantzas cria outros recursos conceituais a partir da relação das práticas com a referência da dupla combinação que caracteriza o índice de dominância em uma formação social específica:

a) seja das práticas em relação às relações de produção (dominantes ou não): "frações de classe", "frações autônomas" e "classes distintas";
b) seja das práticas em relação a uma estrutura do modo de produção dominante: é o caso das "categorias sociais", como por exemplo a burocracia em relação à estrutura jurídico-política ou os "intelectuais" com relação à estrutura ideológica;
c) ou seja das práticas em relação aos dos efeitos – secundários – gerados pela combinação das estruturas dominantes com estruturas não-dominantes[13] sobre as classes, as categorias e as frações: que corresponde à existência das "camadas sociais", cujos exemplos dados por Poulantzas são a "aristocracia operária" e as "'cúpulas' da burocracia e da administração" (1977, p. 81-82).

É preciso distinguir, no entanto, dois tipos de campos de atuação das forças sociais presentes em Poulantzas: o de ruptura com as condições "do jôgo", colocadas pelo conjunto das estruturas dominantes e garantidas pela estrutura jurídico-política, que seria o da ação das frações autônomas; e o de rearticulação das estruturas (defasadas entre si) dentro dos limites "estruturais" do modo de produção dominante sem tocar no núcleo da estrutura jurídico-política, que é o caso da ação das "classes distintas". É necessária essa distinção

[12] De modo inverso, somente numa situação de ação "aberta ou declarada" da luta de classes – característica de um período iminente de transição, por meio da existência de classes organizadas colocando em questão a estrutura jurídico-política "dominante" e a dupla combinação – é que se tem a presença real das classes sociais, assim como também se modifica o próprio estatuto da luta de classes, pois a prática política das classes em conflito aberto passa a configurar-se também em uma estrutura para a prática política das outras classes presentes na formação social.

[13] O termo usado por Poulantzas é "efeitos secundários da combinação dos modos de produção em uma formação social" (Idem, p. 82). Utilizamos o conceito "estruturas não-dominantes" para reforçar a idéia presente em Poulantzas de que uma formação social é composta por várias estruturas – além das estruturas do modo de produção dominante – que estão subdeterminadas pelas estruturas dominantes, mas que não deixam de existir nem muito menos de se combinar, dentro de certos limites, com estas.

porque, para Poulantzas só os dois primeiros conjuntos sociais, as frações e as categorias, poderiam constituir *forças sociais* por meio dos efeitos pertinentes (1977, p. 82). Contudo, é preciso fazer-lhe uma ressalva no que diz respeito à possibilidade de participação das camadas sociais como força social, localizando-a no segundo campo, mais limitado, de ação de uma força social; assim, as práticas políticas das camadas sociais poderiam também impor alterações nas formas do Estado capitalista.

*****

Procurou-se demonstrar neste artigo como há em Nicos Poulantzas, especificamente no trabalho *Poder político e classes sociais*, um distanciamento da chamada corrente althusseriana a partir do deslocamento da "determinação em última instância do elemento econômico" do modo de produção particular para a prática teórica, mais especificamente no momento de construção do conceito geral de modo de produção. A essa posição segue um tratamento diferenciado dispensado à relação entre estruturas e práticas no qual a aplicação da teoria a um momento histórico determinado deverá estar sempre condicionada às práticas; solução essa que é possível devido à possibilidade de existência de defasagens entre as diferentes estruturas.

Tratou-se também aqui de mostrar que a sua teoria das classes segue o mesmo procedimento: as diferentes práticas econômica, política e ideológica das classes sociais também poderão ter defasagens entre si – com exceção dos momentos em que na conjuntura houver um conflito aberto entre as classes para mudar (ou manter) o modo de produção dominante de uma formação social. Procurou-se dar mais clareza à teoria das classes de Poulantzas, mais especificamente no que diz respeito ao tratamento das classes sociais num momento de coesão da totalidade social, mesclando as categorias conceituais trabalhadas por Poulantzas (frações, categorias sociais, camadas sociais, entre outras) com a idéia de "classe virtual" e "classe em potência".

Campinas, abril de 2007.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *La revolución teórica de Marx.* Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1974.

_____. *Sobre o trabalho teórico.* Lisboa: Presença, 1978.

ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. *Lire le Capital*. Paris: Maspero, 1971, 2 vol..

BOITO, Armando. "A (difícil) formação da classe operária". In: *Marxismo e ciências humanas.* São Paulo, Xamã, 2003.

POULANTZAS, Nicos. *Les classes sociales dans le capitalisme aujour'hui.* Paris: Éditions du Seuil, 1974.

_____. *Poder político e classes sociais.* São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SAES, Décio. "Marxismo e história". *Crítica Marxista.* Brasiliense, 1994, vol. 1, tomo 1.

_____. "A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas". *Crítica Marxista.* Xamã, 1998, vol. 1, tomo 7.

_____. "Considerações sobre a análise dos sistemas de classe". In: *Marxismo e ciências humanas.* São Paulo, Xamã, 2003.